

Angela Davis: 'O encarceramento em massa nunca trouxe soluções para conter a violência'

No Dia Internacional da Mulher Afro-Latina e Caribenha, ex-presa política e ativista conversou com jornalistas e ministrou conferência na UFBA.

(HuffPost Brasil, 26/07/2017 - acesse no site de origem)

“Em primeiro lugar boa tarde a todos e a todas. É uma honra enorme estar aqui, na Universidade Federal da Bahia, mais uma vez”. Esta é a quarta vez que a professora, ativista e filósofa [Angela Davis](#), 71, vêm à Bahia, e sua sexta visita ao Brasil. “Talvez por isso seja uma vergonha eu não ter aprendido a falar português ainda”, brincou, em coletiva de imprensa nesta terça-feira (25), na reitoria da UFBA (Universidade Federal da Bahia). “Tenho certeza que quando eu aprender, vou descobrir muitas outras coisas positivas”, concluiu.

Davis, além de reiterar o carinho que tem pelo Brasil e por pensadoras brasileiras como Lélia Gonzalez, afirmou que as universidades brasileiras têm muito a ensinar para as norte-americanas, em termos de colocar em prática as ações afirmativas de combate ao racismo como, por exemplo, as cotas raciais; e destacou a importância de um pensamento abolicionista do que ela batiza de “sistema industrial carcerário”, tema que permeia seus estudos desde 1970:

“Se partirmos do pressuposto que o que devemos fazer é simplesmente encarcerar essas pessoas para, então, eliminar a violência de gênero, na verdade, estamos colaborando ativamente na continuidade da reprodução da violência que estamos tentando erradicar”.

Segundo dados do [Infopen](#), a população carcerária brasileira é composta por 94% de homens, mais da metade (55,07%) tem até 29 anos de idade e, ainda, 61,67% é de negros ou pardos, com baixa ou nenhuma escolaridade. 40% do total (quase 250 mil) é de presos provisórios, ou seja, pessoas que se encontram cerceadas em sua liberdade sem terem sido julgadas.

Grande crítica do sistema judicial no mundo, Davis, ao longo dos anos, tem realizado discussões e estudos sobre o chamado “abolicionismo penal”, por entender que existe uma relação entre encarceramento em massa e escravidão que, na verdade, reforça um “instrumento de perpetuação da violência”, e não o combate a ela.

“Uma pergunta a ser feita pode ser: o quão transformador é o ato de simplesmente mandar um homem que cometeu violência contra mulher para uma instituição que simplesmente reforça e produz ainda mais violência? Ou será que simplesmente essa retribuição vingativa, seria suficiente? Ou nós estamos realmente comprometidos a purgar a sociedade deste tipo de violência?”, questiona.

Ainda segundo o relatório brasileiro, a população prisional brasileira no Sistema Penitenciário em 2014 era 579.781 pessoas, levando em consideração as prisões estaduais e federais. Desse total, 37.380 são mulheres e 542.401, homens. Entre as mulheres, cerca de 50% têm de 18 a 29 anos. A maioria, duas em cada três presas, é negra.

Os dados do Infopen também mostram que, em números absolutos, o Brasil está em quinto lugar na lista dos 20 países com maior população prisional feminina do mundo, atrás dos Estados Unidos (205.400 detentas), da China (103.766) Rússia (53.304) e Tailândia (44.751).

Davis expõe que é igualmente importante se pensar o assunto entrelaçando gênero, raça e classe “dentro e fora dos Estados Unidos”, e pontua:

“Podemos argumentar que, no que diz respeito à punição, o Estado é o agente punitivo para os homens. Mas formas de punição que são consideradas privadas — que nos referimos a elas como violência doméstica — afeta muito mais mulheres do que os homens [...]. Isso também nos indica que simplesmente aprisionar homens não acaba com a violência contra as mulheres. Provavelmente só terá o efeito de exacerbar essa violência.”

A visita ao Brasil

Desde os anos 1980 Angela Davis faz constantes visitas ao Brasil. “As pessoas me perguntam: ‘Você já esteve no Rio?’ Não. ‘Você já esteve em São Paulo?’ Não. Mas estive em Salvador e de novo e de novo”, disse, ao iniciar conferência na UFBA. Desta vez, a vinda da ativista, que é referência mundial no enfrentamento antirracista e do pensamento crítico feminista, fez parte do evento “Julho das Pretas”, organizado por coletivos feministas baianos, que promoveu ações durante todo o mês.

Para marcar o dia 25 de Julho, Dia Internacional da Mulher Afro-Latina e Caribenha, a filósofa e ex-presa política ministrou a conferência “Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo”. Com mais de 400 alunos e convidados, o salão nobre da reitoria da UFBA atingiu sua capacidade máxima.

O grupo de poesia [“Slam das Minas”](#) deu início ao evento e, em seguida, ao lado de lideranças do movimento negro do Brasil e autoridades acadêmicas da Bahia, Davis citou a luta das mulheres negras no Brasil e destacou que as norte-americanas têm muito a aprender com “a movimentação que está acontecendo por aqui”, especialmente sobre luta por direitos e reconhecimento de violências:

“Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras, muda-se a base do capitalismo”.

A conferência foi transmitida ao vivo, pelo canal estudantil TVE. Assista abaixo:

Na década de 70, Angela Davis integrou um braço do grupo Panteras Negras nos Estados Unidos e foi membro do Partido Comunista. Ela foi presa e ficou mundialmente conhecida pela mobilização da campanha “Libertem Angela Davis”, [que deu nome a um documentário, dirigido por Shola Lynch](#). Atualmente, ela é professora emérita do departamento de estudos feministas da Universidade da Califórnia e desenvolve trabalho intenso sobre a questão prisional nos Estados Unidos.

Leia trechos da entrevista coletiva:

Arte x Política

“Como alguém que já estive envolvido em diversos tipos de ativismos durante décadas, minha percepção é que nós estamos encorajando as novas gerações a utilizar a arte de outra maneira. E qualquer movimento que tenha expectativa de provocar uma mudança duradoura deveria reconhecer a importância da comunicação entre diferentes gerações. Certamente as novas gerações tem muito a aprender com o conhecimento acumulado e a experiência de gerações anteriores e, parece que, ainda mais importante é o fato de que as gerações mais velhas tem muito a aprender com as gerações mais jovens. E, como eu tenho aprendido e visto, **esta é a geração que não tem medo**. É a juventude que ousa buscar o novo, que utilizar essa imaginação de tal maneira que possamos trilhar caminhos ainda não trilhados.”

O papel da universidade

“Se você me pergunta qual deveria ser o papel da universidade, eu diria que deveria ser exatamente nutrir ou apoiar quem faz a universidade acontecer. **E isso levará à liberdade e à justiça para todos nós**. Mas vocês sabem que as universidades, geralmente, estão frequentemente associadas às elites e, portanto, tornam-se também uma arena para um espaço de disputa e para a luta contra o racismo — e também uma luta em prol de modos de produção de estudos que nos levem a reconhecer a conexão entre o conhecimento e a liberdade. **Mas eu devo dizer que estou muito impressionada com o sistema de educacional brasileiro, do que o norte americano**. Visto que temos discutido ações afirmativas durante décadas, com um impacto muito diminuto. E eu me lembro quando começaram os debates em torno de ações afirmativas aqui na Bahia. E hoje, eu vejo consequências concretas. A Universidade Federal do Recôncavo Bahiano nos proporciona uma evidência concreta de que é possível garantir acesso à educação formal para a população que historicamente foi excluída. Isso não significa que os problemas formam resolvidos. **Mas eu posso dizer que podemos aprender, nos Estados Unidos, com os exemplos brasileiros** e o que é possível alcançar com essas medidas”.

O sistema carcerário industrial

“Como alguém que trabalhou contra esse sistema durante a maior parte de minha vida, de minha trajetória, eu, juntamente com outras pessoas que estão engajadas nessa luta comigo, percebi que este tipo de punição que está associada ao encarceramento, ao aprisionamento, **tem mantido ligações muito óbvias com os sistemas de escravidão**. Essa relação entre o sistema carcerário e a escravidão não é só uma questão de estabelecer analogias. Mas é uma questão de genealogia. Isso não parte do pressuposto daqueles que argumentam que este sistema escravocrata deveria ser mantido como instituição, que deveria ser transformado em uma instituição ‘mais humanizada’. Isso não faz nenhum sentido. Então, nós dizemos que, lutar pela **reforma do sistema carcerário** é uma forma de **manter o racismo e a repressão** do encarceramento, do aprisionamento. E, portanto, **a abolição é a estratégia que abraçamos**. Mas a abolição nos exige a fazer perguntas não somente sobre o sistema de punição, mas também como a sociedade constitui esse sistema de punição. Esse sistema é voltado e tem o objetivo de manter o sistema a partir do qual ele emerge. **E essa noção de abolição visa reformar essa sociedade para que não haja mais a necessidade de dar atenção a medidas de repressão**. A abolição do sistema carcerário nos convida a pensar a construir uma sociedade onde não haja racismo, sem estruturas heteropatriarcais, sem estruturas capitalistas, onde há educação livre e acesso gratuito ao sistema de saúde. E isso é uma mensagem diretamente colocada para pessoas que se encontram no poder nos Estados Unidos. Portanto, é uma luta para transformar a sociedade. De maneira sucinta, é uma luta abraçada pelo socialismo”.

O encarceramento e as mulheres negras

“É muito importante e necessário pensarmos sobre as circunstâncias dentro do sistema carcerário feminino em uma perspectiva global. Geralmente, é visto que o problema do encarceramento em massa é uma questão referente aos homens. Porque, sim, os homens constituem a vasta maioria daqueles que se encontram encarcerados mundo afora. E isso certamente é verdade. Mas não significa que não podemos adquirir bastante conhecimento sobre esse sistema, se observamos especificamente as circunstâncias que envolvem o sistema carcerário feminino — e as mulheres inseridas nele. Abordagens feministas naquilo que chamamos de sistema carcerário industrial, nos leva a investigar tanto por meio de pesquisas acadêmicas, como por meio do ativismo radical que, sim, há uma conexão entre a violência institucional, por um lado, e a violência individual (ou aquela que acontece em relações íntimas).”

Então, você vê, começamos, a princípio, falando de uma parcela apenas do sistema carcerário. Mas desenvolvemos, a partir daí, percepções mais amplas e significativas dentro desse sistema.

*“Podemos argumentar que, no que diz respeito à punição, o **Estado é o agente punitivo para os homens**. Mas formas de punição que são consideradas privadas — que nos referimos a elas como violência doméstica — afeta muito mais mulheres do que os homens. E, então, isso nos auxilia a refletir sobre o sistema carcerário. Muitas mulheres apontam para o fato de que, desse mundo dos “livres”, elas têm vivenciado a violência sexual também. Quando apenas visitam a prisão, elas são submetidas a revistas constrangedoras e invasivas como revistas vaginais e no reto. Isso também constitui violência sexual. Isso também nos indica que simplesmente aprisionar homens não acaba com a violência contra as mulheres. **Provavelmente só terá o efeito de exacerbar essa violência**. E esse é um argumento bastante convincente em prol da abolição do sistema carcerário.”*

*“Quando a gente olha para as condições de pessoas trans encarceradas, principalmente mulheres trans, elas são também alvos do racismo. E, assim, compreendemos o sistema carcerário mais uma vez, de maneira ampla. Observamos também como esse sistema carcerário tem uma característica de gênero. Então, você vê, começamos, a princípio, **falando de uma parcela apenas do sistema carcerário**. Mas desenvolvemos, a partir daí, percepções mais amplas e significativas dentro desse sistema. E não somente do sistema carcerário como um sistema de punição, mas um aparato do Estado que sustenta percepções ideológicas amplas de raça e de sexismo dentro da sociedade como um todo. E me desculpe pelo tamanho da minha resposta. Mas essa é uma conversa com a qual eu poderia falar durante horas” [risos].*

Abolicionismo prisional x feminismo

“É interessante observar novamente que, quando refletimos sobre encarceramento, ou aquilo que chamamos de encarceramento em massa, nós caracterizamos isso como um problema que afeta apenas os homens. Nós falhamos ao reconhecer que além dos grandes números, existem mulheres que estão encarceradas (e eu entendo que aqui no Brasil 2/3 de mulheres que estão encarceradas são negras, eu estou correta?). Além disso, aquelas que são mais afetadas pelas políticas de encarceramento são mulheres, independente de estarem presas. Elas são casadas com esses homens. Eu sei que, nos Estados Unidos, quando vamos às salas de visitas nas

prisões, você descobre um número enorme de mulheres negras. Mas, em contrapartida, as mulheres negras também tem sido protagonistas contra esse sistema que está tão saturado pelo racismo. E eu acho que vocês, que são jovens, neste momento específico da história, tem muita sorte de serem jovens. **Vocês estão experimentando a emergência de uma consciência que deveria ter sido desenvolvida há muitas gerações atrás.** E este é o papel que as mulheres negras sempre tiveram: lutar contra instituições de repressão e racistas. Mas, finalmente, estamos reconhecendo que as mulheres têm capacidade de exercer cargos de liderança — e eu utilizo a palavra ‘mulher’ em todas as suas expressões possíveis, incluindo mulheres trans — e que essa liberdade tem algo bastante diferenciado da liderança individual do passado, a liderança individualista carismática — que, nos Estados Unidos, por exemplo, podemos falar de Martin Luther King e Malcom X. Mas, de forma alguma, buscamos desacreditar o papel que ambos tiveram. **Afirmar isso é reconhecer que, neste momento, estamos prontas para novos modelos de liderança:** formações ou modelos de lideranças feministas, não em um indivíduo, mas em coletivo. E eu estou muito feliz de poder testemunhar o desenvolvimento dessas outras formas no Brasil, nos Estados Unidos e em outras partes do mundo.”

Rafael Braga e os presos políticos do mundo

“Me parece que, por ser uma pessoa que já foi prisioneira política e, reconhecendo que só estou aqui falando com vocês muitas décadas depois do que aconteceu... Eu vejo que a minha liberdade, em parte, só aconteceu, no porque as pessoas se uniram em âmbito global para exigir isso. Esses movimentos para libertar presos políticos deveriam ser continuados. Rafael Braga e outros prisioneiros políticos aqui no Brasil, em Israel, aqueles que estão aprisionados no continente europeu por estarem engajados na luta contra a islamofobia e o racismo, e também, ainda hoje ainda a existência continuada de presos políticos nos Estados Unidos, como [Leonard Peltier](#), um prisioneiro político de descendência indígena que passou quase quarenta anos encarcerado; [Mumia Abu Jamal](#), que é o prisioneiro político mais conhecido nos EUA atualmente e também o caso de [Assata Shakur](#), que continua a viver no exílio, em Cuba.”

O abolicionismo x naturalização

“É claro que eu estou ciente que a população carcerária do Brasil é uma das maiores do mundo, apenas ficando atrás de Estados Unidos, China e Rússia. Mas eu também estou ciente de que, assim como no Brasil e outras partes do mundo, a luta contra a violência de gênero tem sido crucial, principalmente, dentro do âmbito dos movimentos feministas. Geralmente, pressupõe-se que, para que termos uma abordagem abolicionista, necessariamente ela seria uma forma de minimizar a gravidade da violência em um ambiente doméstico — e é um questionamento válido porque, afinal de contas, temos lutado por muitas décadas para garantir que a violência de gênero fosse reconhecida pelo Estado -. Mas, sobre isso, uma questão é a seguinte: nós podemos mensurar a gravidade ou o valor de uma acusação, pela quantidade ou intensidade da punição? Outra pergunta a ser feita pode ser: o quão transformador é o ato de simplesmente mandar um homem que cometeu violência contra mulher para uma instituição que simplesmente reforça e produz ainda mais violência? Será que simplesmente essa retribuição vingativa, seria suficiente? Ou nós estamos realmente comprometidos a purgar a sociedade deste tipo de violências? **O encarceramento nunca resolveu os problemas para os quais pressupõe-se que seriam as respostas.** Não há menos roubos ou assaltos em função do encarceramento. Não há menos assassinatos porque as pessoas estão indo para a prisão. **Mas um fato é: as pessoas saem da prisão ainda mais violentas do que eram quando entraram.**”

Se o Estado utiliza a violência policial para resolver problemas de maneira punitiva, então ele dissemina a mensagem que a violência pode ser uma solução para os problemas domésticos também.

*“Então, se nós estamos realmente dedicados a expurgar a violência de gênero de nossas sociedades, nós não estaremos portando, desejosas de encontrar outras formas de cobrar essa responsabilidade? Outras formas de reduzir a violência de gênero? xxx publicou um livro sobre essa questão, que se chama A Justiça Aprisionada: A mulher negra o sistema carcerário e a justiça. Ela argumenta que nós conseguimos ganhar o âmbito mais amplo, mas que perdemos os movimentos sociais. Porque a medida que abraçamos as soluções do encarceramento com soluções para violência de gênero, é também abraçar processos que levam a uma expansão do número de encarceramentos no mundo. E dessa forma também abrimos mão do nosso dever de pensar outras formas para a erradicação da violência de gênero. Mas, na verdade, são as instituições ao nosso redor que estão tão saturadas com violência. Se o **Estado utiliza a violência policial para resolver problemas de maneira punitiva, então ele dissemina a mensagem que a violência pode ser uma solução para os problemas domésticos também**. O ponto é que isso é muito mais complicado do que parece ser. E, então, se pressupomos que simplesmente o que devemos fazer é encarcerar essas pessoas para eliminar a violência de gênero, na verdade, **estamos colaborando ativamente na continuidade da reprodução da violência de gênero que estamos tentando erradicar.**”*

[Nota pública sobre o assassinato da adolescente Maria Eduarda Alves da Conceição, vítima de bala perdida, no Rio de Janeiro](#)

Nota pública da ONU Mulheres Brasil sobre o assassinato da adolescente Maria Eduarda Alves da Conceição, vítima de bala perdida, no Rio de Janeiro

A ONU Mulheres Brasil manifesta consternação com o assassinato da adolescente negra Maria Eduarda Alves da Conceição, 13 anos, vítima de bala perdida, em 30 de março de 2017, durante o desenvolvimento de suas atividades escolares. Apresenta condolências às e aos familiares, amigas e amigos da adolescente e comunidade escolar da Escola Municipal Daniel Piza, localizada na Pavuna, Rio de Janeiro.

[\(ONU Mulheres, 31/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Até outubro de 2016, Maria Eduarda foi uma das participantes do projeto Uma Vitória Leva à Outra sobre o empoderamento de meninas pelo esporte, desenvolvido pela ONU Mulheres e pelo Comitê Olímpico Internacional, no contexto do legado dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.



Maria Eduarda participou, até outubro de 2016, do programa Uma Vitória Leva da Outra, da ONU Mulheres Brasil e do Comitê Olímpico Internacional (Foto: Reprodução Internet)

Em face da violência fatal contra Maria Eduarda, a ONU Mulheres Brasil reitera o apelo público em defesa do direito das mulheres e meninas, notadamente as afro-brasileiras, a terem uma vida sem violências, incluindo o respeito à memória das vítimas. Reforça o alerta às autoridades públicas para a continuidade de investimentos em políticas para a prevenção e a eliminação da violência contra as mulheres e meninas e a juventude negra, a fim de evitar as mortes violentas por razões de gênero e raça.

A entidade relembra os dados alarmantes e inaceitáveis com relação à violência contra as mulheres e meninas brasileiras, especialmente as afrodescendentes. De acordo com o Mapa da Violência 2015 sobre o assassinato de mulheres, entre 2003 e 2013, houve um aumento de 191% na vitimização de negras. Ainda, conforme o estudo, elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) com apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres, ONU Mulheres e Organização Panamericana de Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS), em dez anos, houve um aumento de 54% no número de homicídios de mulheres negras, passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013.

Por fim, a ONU Mulheres retoma os compromissos da campanha global UNA-SE pelo Fim da Violência contra as Mulheres, neste ano, sob o lema “Não deixar ninguém para trás: acabar com a violência contra as mulheres e as meninas”, alcançando as pessoas mais vulneráveis primeiro. A campanha apoia o cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada em 2015, pelos Estados-Membros da ONU.

Nadine Gasman

Representante da ONU Mulheres Brasil

As mulheres do Rio se unem contra assédio em blocos, mas são alvo de agressão a cada 3 minutos no Carnaval

Apesar de ações contra assédio sexual, violência sofrida por elas no Carnaval do Rio ainda é grande.

(Huffpost Brasil, 02/03/2017 - Acesse a matéria na íntegra no site de origem)

Cara, você tá maluco?” A figurinista Helena Tyrell conversava com amigas em um ensaio de pré-Carnaval da Orquestra Voadora no Aterro do Flamengo, zona sul do Rio de Janeiro, quando um rapaz — que nenhuma das meninas conhecia — surgiu na roda e beijou o ombro de uma das garotas. A reação ao assédio sexual foi imediata e contagiou outras mulheres ao redor.

“A gente começou a se colocar pra cima dele e a expulsar ele dali. Outras meninas perto vaiaram o cara. Fiz o que sempre faço em situação dessas: começo a pregar o respeito às pessoas. Essa movimentação começou comigo e duas amigas, e foi muito bonito, várias mulheres e homens em volta também começaram a repudiar o cara, falando alto: ‘Machista sai daqui, isso é assédio. Cara, nenhuma mulher quer isso, ninguém te convidou, ninguém te conhece. Você não tem autorização para fazer isso’. Ele ficou constrangido e saiu de perto.”

Esse tipo de mobilização ante situações de assédio sexual se repetiu durante o Carnaval carioca. De maneira espontânea, folionas reagiram contra assediadores em apoio a vítimas.

No entanto, apesar da rede de proteção, a violência contra a mulher ainda é grande — registros da Polícia Militar apontam que a cada 3 minutos uma mulher foi agredida durante o Carnaval do Rio de Janeiro.

No carnaval, a cada quatro minutos uma mulher foi agredida no Rio

Nem tudo no carnaval foi alegria. O balanço divulgado pela Polícia Militar revelou que ao menos uma mulher foi agredida a cada quatro minutos no estado do Rio. Durante cinco dias de carnaval, entre as 8h do dia 24 de fevereiro e 8h de 1º de março, a polícia atendeu a 15.943 solicitações, destas 2.154 chamadas foram pedidos de socorro sobre violência contra mulher. Um dos casos foi o da bióloga Elisabeth Henschel, de 23 anos, estava com o namorado num bar

na Avenida Mém de Sá quando foi apalpada por um homem, na noite desta segunda-feira. Ao procurá-lo, a vítima levou dois socos no rosto.

[\(O Globo, 02/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Durante o carnaval a violência contra mulher é maior. Por isso, a Divisão Policial de Atendimento à Mulher (DPAM), realiza anualmente neste período campanhas para conscientizar as mulheres, vítimas de violência, sobre a importância da denúncia.

Na campanha deste ano, foi lançado o “Estandarte da Coragem”. De acordo com a Delegada de Polícia e Diretora da DPAM Márcia Noeli, foi feito um estandarte virtual, onde constam elencadas as prisões realizadas pelas Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (Deam) nos mês de fevereiro.

- É importante sempre denunciar. A cada ano, estamos vendo um número maior de registros, o que demonstra uma mudança de atitude por parte das mulheres, que estão tendo coragem de denunciar - avalia Márcia Noeli.

Entre as razões para esta mudança de atitude a delegada aponta a implantação de delegacias especializadas, os núcleos criados nas delegacias distritais e a criação de protocolos de atendimento que aumentam a confiança das vítimas para denunciarem seus algozes:

- A mulher está entendendo que precisa quebrar o silêncio. E nesta época de carnaval, há uma preocupação nossa, porque há um risco de aumento da violência em todas estas festas. Quanto mais mulheres denunciarem, mais fácil será quebrar este silêncio que envolve o assunto e acabar com este tipo de violência - defendeu a delegada.

Ainda de acordo com o balanço da Polícia Militar, durante o período a polícia também prendeu 298 suspeitos, sendo 72 adolescentes apreendidos em flagrante e 18 por mandados de prisão. A PM apreendeu também 69 armas apreendidas, além de drogas como maconha, cocaína e crack

Perturbação do sossego e do trabalho alheio foi responsável por 1.923 das chamadas, representando 12% do total dos acionamentos via 190.

A Polícia Militar fez 11.937 mobilizações de efetivo em todo o estado para a Operação Carnaval 2017, além do policiamento normal nas ruas.

[Marinha agride, intimida e ameaça comunidade quilombola na Bahia](#)

Os poucos quilômetros que separam a guarita fortemente vigiada por oficiais da Marinha do vilarejo de casas pertencentes às famílias que resistem no Quilombo Rio dos Macacos contam

mais do que uma história recente: fazem parte de um cerco.

[\(The Intercept Brasil, 08/02/2017 - acesse no site de origem\)](#)

A palavra quilombo vem do Quimbundo, língua banta falada em Angola, e significa união, acampamento, arraial, povoação. No Brasil, no contexto da escravidão, tornou-se lugar de resistência dos povos escravizados e, segundo o mestre Nei Lopes, tem dupla conotação: uma toponímica e outra ideológica. Para acabar com um quilombo era necessário fazer o cerco - tática que vem sendo aprimorada e empregada há séculos pelo governo brasileiro.

Nesse caso específico, a Marinha brasileira quer atacar o quilombo na sua raiz, na fonte que lhe deu o nome: o Rio dos Macacos. Já tinha construído uma barragem, que tirava o curso do rio de dentro do território quilombola, e, agora, segue com a construção de um muro, que vai impedir que os moradores tenham acesso à água. É o cerco se fechando.



Os moradores são descendentes de escravizados das fazendas que produziam cana de açúcar para o antigo Engenho Aratu. Com a falência do engenho, muitas famílias permaneceram no local, uma área de aproximadamente 900 hectares, até que, nas décadas de 1950 e 1960, foram surpreendidas pela doação de suas terras para a Marinha do Brasil.

Apesar de estarem no município de Simões Filho, a doação foi feita pelo então prefeito de Salvador, Nelson Oliveira. Desde então, foi feita a barragem do rio, construída uma Vila Militar para 450 famílias, e o único acesso ao quilombo é feito através de uma guarita controlada pelos militares. A vila conta com estrutura de escola e hospital que não podem ser usados pelos quilombolas.

O acesso é restrito aos moradores cadastrados e, durante muito tempo, cada um deles teve que

portar uma carteirinha que o chamava de “invasor”. Mas mesmo esta carteirinha não garantia o acesso, que continua sendo dificultado em muitas situações, a depender da boa vontade ou da maldade de quem está de guarda.

Esses casos são julgados e analisados pelos próprios militares que, quase que invariavelmente, inocentam-se a si mesmos

Moradores contam que que, apesar de autorizados, nem sempre a Marinha permite a entrada de carros da SAMU para fazer atendimento médico dentro do quilombo, e o índice de analfabetismo é bastante grande porque crianças e jovens, ao saírem do território para buscarem as escolas na região, tinham a entrada dificultada. Inúmeros casos de intimidação e agressão física já foram relatados.

Quando denunciados pelos moradores, esses casos são julgados e analisados pelos próprios militares que, quase que invariavelmente, inocentam-se a si mesmos, alegando falta de provas e apontando a existência de uma campanha de difamação por parte dos quilombolas. Muitos deles, analfabetos ou analfabetos funcionais, foram obrigados a assinar depoimentos contendo declarações que não tinham feito. Fica o dito pelo não dito.

Da área de 900 hectares, o Incra reconheceu apenas 301, sendo que, destes, 196 ficaram para a Marinha, que alega serem de “interesse estratégico à defesa nacional”. Os outros 104, divididos em duas áreas não contíguas, foram destinados à comunidade. Insuficientes, segundo eles, para o modo de vida que levam. Pela dificuldade de entrar e sair, mesmo porque o acesso é precário, eles têm dificuldades em encontrar emprego fora do quilombo. Basicamente precisam ser autossuficientes, tendo lá dentro tudo de que necessitam para viver. Uma das atividades era a pesca na barragem, que foi proibida.

A Marinha ainda briga para ficar com tudo, resultando em ordens de despejo que precisavam ser contestadas periodicamente. Na área ocupada pelos moradores não há saneamento básico ou água encanada. Energia elétrica foi conquistada apenas agora no início de fevereiro, ainda por ser instalada. Os quilombolas moram em casas bastante precárias, boa parte delas construídas em adobe, que a Marinha não deixa reformar. Na maioria delas não há sequer banheiro, que precisa ser improvisado. Eles também são impedidos de realizar novas construções. Nem mesmo podem repor as casas que foram destruídas, sem qualquer explicação ou mandado, pelo próprio governo. As que permanecem de pé, resistindo como seus moradores, podem ser invadidas a qualquer momento, inclusive por militares montados a cavalo; caso que já aconteceu.



Cerca de 90 famílias vivem em casas precárias em que não conseguem fazer reformas (Foto: Thiago Dezan)

Estive no Rio dos Macacos no início de 2016, numa grande reunião celebratória dos avanços na luta pela regularização do território, e estas foram apenas algumas das histórias de horror que ouvi.

Recentemente, o governo brasileiro achou por bem acrescentar mais um capítulo na luta dos resistentes. Depois de protestarem contra a construção do muro que os separa da barragem de onde retiram, artesanalmente, a água para sua subsistência, os moradores foram surpreendidos com o que se pode chamar de retaliação. No ano passado, haviam conseguido que o Exército construísse uma estrada de acesso à comunidade, sem que fosse necessário passar pela guarita da Vila Naval. A obra foi suspensa, com os militares recolhendo materiais e equipamentos. Os quilombolas resistem, mas o cerco se fecha. Topográfica e ideologicamente.

The Intercept Brasil solicitou à Marinha um posicionamento a respeito das denúncias sobre o quilombo Rio dos Macacos, mas não recebeu resposta.

Ana Maria Gonçalves

Homofobia mata uma pessoa a cada 25 horas; Norte tem maior índice

Foram mortas, em 2016, 343 pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais (LGBT) no Brasil — um recorde levantado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) nos 37 anos em que compila anualmente o número de vítimas fatais da homofobia. Isto que significa que, aproximadamente a cada 25 horas, pelo menos uma pessoa com estas orientações sexuais é assassinada no país, conforme adiantou a coluna de Ancelmo Gois. E o GGB alerta: a falta de registros ainda é um grave problema no Brasil, que ainda carece de registros centralizados e oficiais do tipo, portanto a realidade possivelmente é muito mais dramática.

[\(O Globo, 24/01/2017 - acesse no site de origem\)](#)

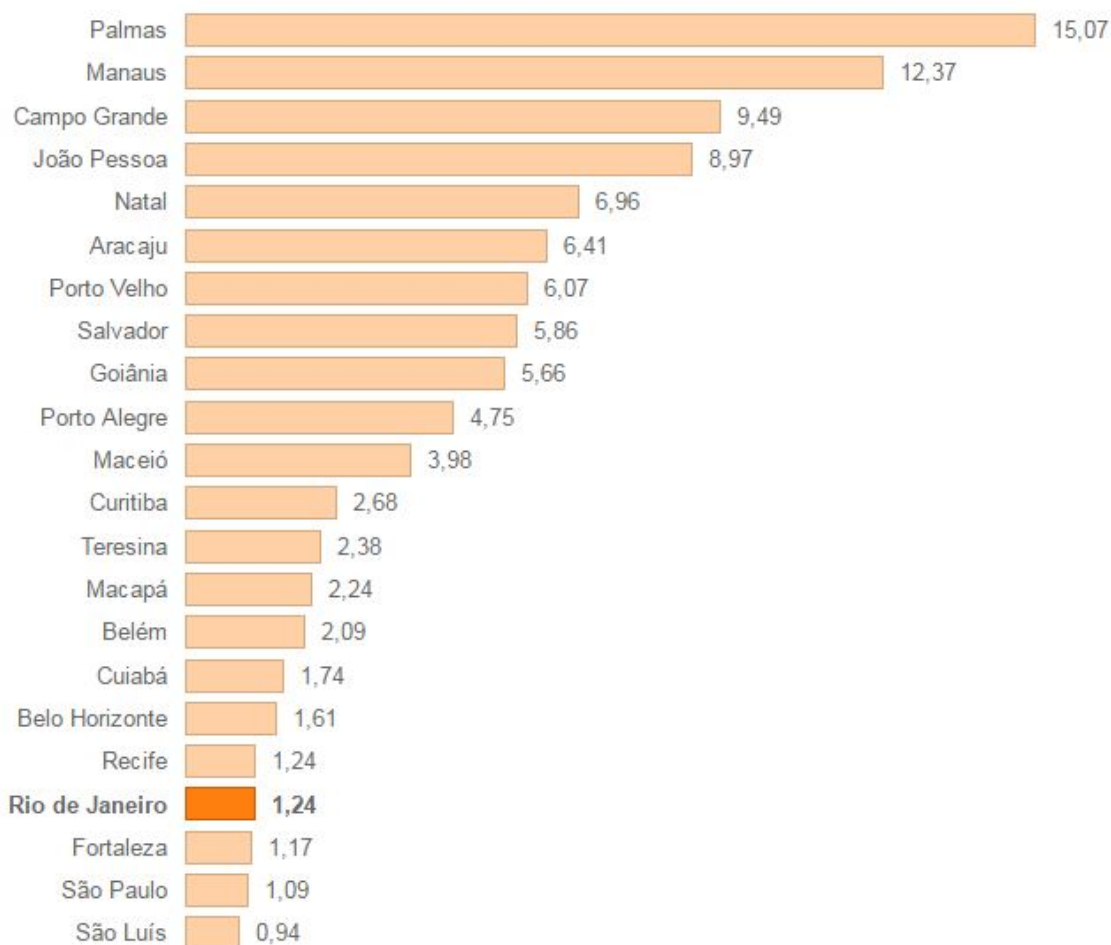
Em 2000, foram registrados 130 homicídios; e em 2010, 260. Uma outra virada na tendência nos últimos anos ocorre a nível regional: o Norte vem liderando o número de assassinatos por habitantes, tirando a triste liderança de décadas da região Nordeste. Em 2016, foram computados 3,02 homicídios a cada um milhão de habitantes no Norte, seguido pelo Centro-Oeste (2,56), Nordeste (1,94), Sul (1,24) e Sudeste (1,19). Em números absolutos a nível estadual, estão na frente São Paulo (49 assassinatos), Bahia (32), Rio de Janeiro (30) e Amazonas (28).

Os autores do levantamento, baseado na compilação de casos a partir de buscas na internet e veiculação na mídia, destacam que foram documentados assassinatos em 168 municípios brasileiros — apesar da predominância em capitais, porém, os crimes não respeitam as fronteiras entre áreas urbanas e rurais, marcando cidades pequenas como Piranguinho (MG) e Bom Lugar (MA).

Homenageado no estudo, o jovem Itaberli Lozano, de 17 anos, foi morto pela mãe no final de dezembro justamente em uma cidade do interior: em Cravinhos, no estado de São Paulo. Ela confessou o crime e, enquanto o Ministério Público entende o crime como homofobia, a Polícia Civil sustenta a tese de um conflito familiar. Apesar da divergência na Justiça, um tio paterno de Itaberli declarou que a mãe não aceitava a homossexualidade do jovem, e amigos de Itaberli entregaram aos investigadores uma postagem de dezembro no Facebook em que ele relata ter sido agredido pela mulher.

Vítimas LGBT nas capitais

Taxa para cada um milhão de pessoas em 2016

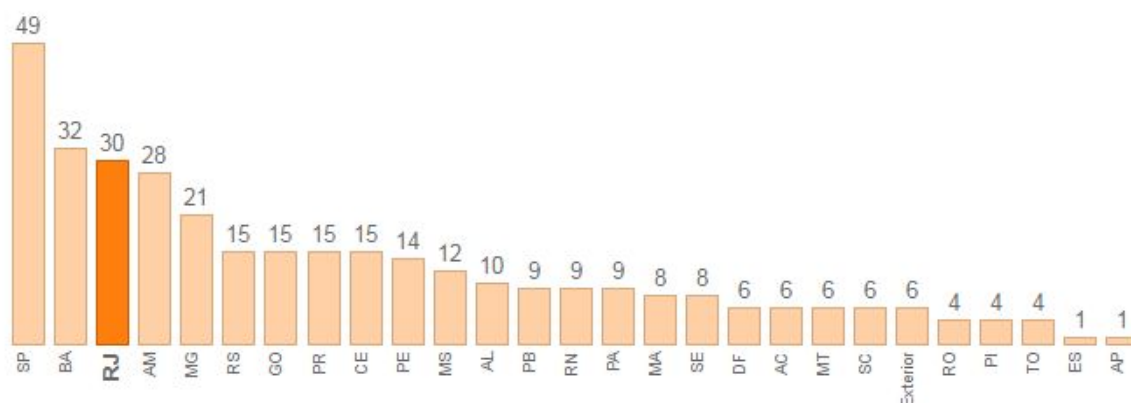


* Capitais não incluídas não tiveram registro de assassinatos

Fonte: Grupo Gay da Bahia / Assassinatos de LGBT no Brasil (Relatório 2016)

O GLOBO

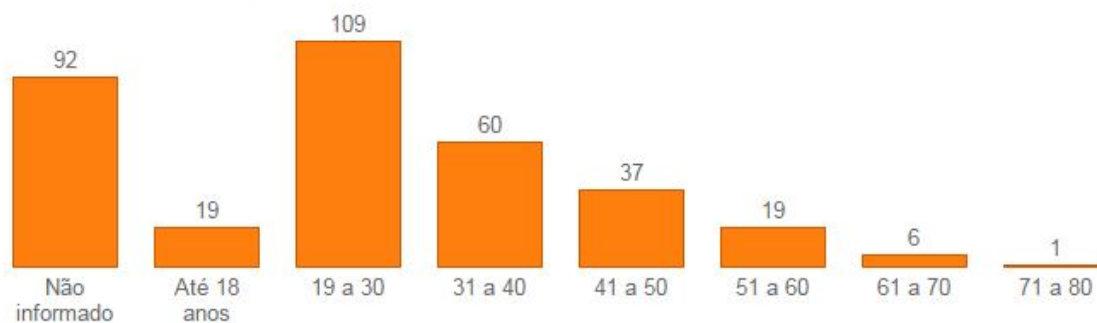
Vítimas LGBT por estado em 2016



Fonte: Grupo Gay da Bahia / Assassinatos de LGBT no Brasil (Relatório 2016)

O GLOBO

Vítimas LGBT por faixa etária em 2016

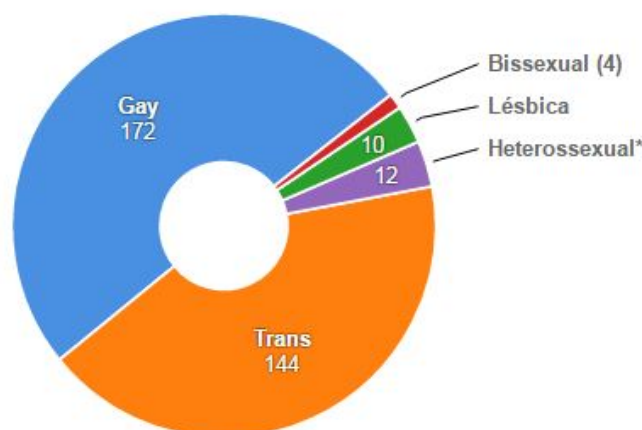


Fonte: Grupo Gay da Bahia / Assassinatos de LGBT no Brasil (Relatório 2016)

O GLOBO

Vítimas por segmento LGBT

No Brasil em 2016



*Inclui parentes e conhecidos de pessoas LGBT assassinados por algum envolvimento com a vítima

Fonte: Grupo Gay da Bahia / Assassinatos de LGBT no Brasil (Relatório 2016)

O GLOBO

Itaberli era gay, grupo que corresponde a 50% dos homicídios registrados em 2016; travestis e transexuais foram 42%; e lésbicas, 3%. O levantamento inclui também heterossexuais mortos (4%) em circunstâncias ligadas à proximidade com pessoas LGBT, como o ambulante Luiz Carlos Ruas, morto no dia do Natal em uma estação do metrô de São Paulo após defender um homossexual e uma travesti de agressores.

Quanto à cor, os autores do levantamento destacam que as vítimas destoam do perfil demográfico do Brasil: 64% eram brancos e 36% negros.

O GGB destaca, porém, que a subnotificação dos assassinatos é grande — e reflete uma falha dos governos no monitoramento destes crimes.

— Desde a década de 70 percebi que era vital documentar os assassinatos de pessoas LGBT, que é o máximo da homofobia. Sempre insistimos que os governos se encarreguem de um banco de dados, como acontece em outros países como os Estados Unidos. A única vez que isso foi feito, em 2012, foi incompleto e sem continuidade. Então continuamos com três pessoas fazendo esse trabalho, sem apoio financeiro — destaca o antropólogo Luiz Mott, um dos autores do levantamento e responsável pelo site “Quem a homofobia matou hoje”.

Outro sintoma do que o grupo chama de “homofobia institucional” é o dado de que apenas 10% dos casos registrados em 2016 levaram à abertura de um processo judicial. “Quando há testemunhas, muitas vezes estas se recusam a depor, devido ao preconceito anti-LGBT. Policiais, delegados e juízes manifestam sua homotransfobia ignorando tais crimes, negando sem justificativa plausível sua conotação homofóbica”, destaca o estudo.

— Todos viraram criminólogos. Dizem que não é homofobia, é gay matando gay, ou que os heterossexuais morrem muito mais. A homossexualidade é uma vulnerabilidade acrescida — aponta Mott. — Me surpreende a Dilma e o Temer não terem mobilizado seus aliados para encaminhar um projeto que equipare a homofobia ao racismo. Não queremos privilégios: queremos direitos iguais, nem menos, nem mais. Hoje, o racismo é crime inafiançável. Para a homofobia, é preciso depender da boa vontade do delegado ou do juiz.

[Das delegacias às escolas: Resolução recomenda tratamento igualitário para meninos e meninas](#)

Com o objetivo de diminuir a discriminação de gênero, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) publicou nesta segunda-feira (26) uma [resolução no Diário Oficial](#) para garantir igualdade nas políticas públicas.

([HuffPost Brasil, 26/12/2016 - acesse no site de origem](#))

A medida estabelece que **princípios igualitários no tratamento de meninos e meninas** sejam levados em consideração principalmente em órgãos voltados para o enfrentamento da violência, como a polícia civil, militar e federal, os ministérios públicos, defensorias e procuradorias gerais dos estados, além de conselhos tutelares, do Ministério Público da União e da Advocacia Geral da União.

As instituições do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes devem priorizar iniciativas que visam “proteger as meninas contra as discriminações, violações e violências de gênero”, diz o texto.

Já os órgãos públicos responsáveis por políticas públicas nas áreas de saúde, educação, assistência social, cultura e esporte devem capacitar os profissionais para garantir a igualdade entre meninos e meninas.

Também na área de formação, a resolução prevê que as políticas de educação ampliem programas voltados para profissionais que atuam nas escolas do ensino básico.

Na avaliação de Sérgio Marques, representante da ONG Aldeias Infantis no Conanda, a iniciativa visa reforçar a legislação vigente.

“A gente tem uma Constituição Cidadã de 1988 que estabeleceu direitos para as pessoas, tem toda uma normatização e políticas que foram construídas depois, mas ainda há necessidade de se romper culturalmente contra a discriminação, contra a diferença que se aplica entre homens e mulheres. O Conanda está reforçando esse arcabouço de legislação para que a gente tenha um Brasil mais igualitário e mais justo para todos, já que a gente tem uma população muito diversificada”, afirmou ao HuffPost Brasil.

Ele destaca que a importância de dois pontos da resolução a fim de mudar a mentalidade de profissionais que atuam em instituições como delegacias e escolas a fim de que “as pessoas possam transpor a sua barreira cultural e garantir que não haja discriminação” tanto contra meninas quanto no caso de pessoas LGBT.

Dos estudantes de 13 a 21 anos que se declaram LGBT no Brasil, 27% são agredidos fisicamente nas escolas e [73% são vítimas de agressão verbal devido à orientação sexual](#), de acordo com a “Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Escolar no Brasil 2016: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais”.

Para o especialista, a medida é um contraponto a um movimento com força no Congresso Nacional que resiste a discussões de gênero no ambiente escolar, como o projeto da [Escola sem Partido](#) e a exclusão do tema dos planos de educação tanto no âmbito federal quanto estadual e municipal.

“É através da formação e informação que as pessoas vão criando consciência e tomando decisões na vida. Infelizmente a gente tem um Congresso com um perfil muito conservador e religioso apegado a dogmas que se nega a discutir um tema tão latente na nossa sociedade para que a gente possa debater essas situações que têm um lastro cultural de discriminação e de não aceitação. Isso acaba gerando uma violência exacerbada e você não coloca esse tema em debate na sala de aula”, afirma Marques.

[Campanha pede fim do machismo e da violência contra a mulher](#)

Começa neste domingo (20) pelas redes sociais a campanha “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher”. O tema deste ano é “Machismo. Já passou da hora. #podeparar”.

[\(Agência Brasil, 20/11/2016 - acesse no site de origem\)](#)

Segundo a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o objetivo é chamar a atenção da sociedade e mobilizar as pessoas, mostrando que pequenas ações do cotidiano podem levar a

grandes violências.

Durante os 16 dias de campanha, o foco das discussões será o combate à violência sexual. Hoje, por ser o Dia Nacional da Consciência Negra, a ação dará destaque também à questão das mulheres negras, que correspondem à maioria das vítimas de agressões.

Leia mais: [Instituto Patrícia Galvão lança dossiê sobre feminicídio \(Bancários Rio, 17/11/2016\)](#)

A campanha 16 dias de ativismo ocorre há 25 anos e mobiliza cerca de 130 países. Vários municípios brasileiros já estão com as ações em andamento, mas a campanha em nível nacional será lançada oficialmente em Brasília em 25 de novembro, Dia Internacional da Não Violência contra as Mulheres. Está previsto ainda para dezembro o lançamento, pelo governo federal, de um programa de promoção da igualdade de gênero.

Feminicídio

O Brasil é o quinto país do mundo em número de assassinatos de mulheres, segundo o Mapa da Violência de 2015. Esse e outros dados de violência de gênero foram reunidos no [Dossiê Feminicídio](#), lançado em novembro pelo Instituto Patrícia Galvão. O levantamento também faz um alerta para a importância de dar visibilidade ao cenário de violência, a fim de mudar práticas consideradas normais que podem, no entanto, resultar em mortes.

Débora Teles Brito; Edição: Graça Adjuto

Em debate, a violência de gênero que atinge mulheres e homossexuais

São filmes em princípio bem diversos, um documentário, uma ficção. Abordam a questão que era tradicional, antes ninguém contestava, mas agora ficou explosiva, dos gêneros. Precisamos falar do Assédio, de Paula Sacchetta, dá voz a mulheres que sofreram com a violência masculina. Stonewall - Onde o Orgulho Começou, de Roland Emmerich, é sobre os incidentes, a brutal repressão, naquele bar de Nova York que deu origem ao 'gay pride'.

[\(IstoÉ, 01/10/2016 - acesse no site de origem\)](#)

Diferentes - em tudo -, mas em ambos está a mesma questão básica. O respeito à diferença. É fácil desqualificar Stonewall, e foi o que a maioria da crítica fez, não resistindo à tentação do trocadilho. Emmerich, o senhor 'filme desastre', fez um filme desastroso. O mais norte-americano dos cineastas que não nasceram nos EUA costuma pensar grande - Independence Day 1 e 2, O Dia Depois de Amanhã, etc. Mas, de vez em quando, ele faz filmes menores, e são aqueles em que tenta ser mais pessoal.

Encarou a questão gay de Shakespeare em Anônimo - afinal, ele era ou não era? -, volta a ela em Stonewall. Até em Independence Day - Ressurgimento, fez do cientista que ressurgiu do coma um combatente da causa - e um guerreiro na luta contra os ETs. Emmerich tem ganhado

tanto dinheiro com seus disaster movies que, aqui, colocou dinheiro do bolso na produção. “Para não sofrer nenhuma pressão”, explicou. O problema é que Emmerich pratica um cinema de ação à base de clichês. Eventualmente, diverte, mas não se liberta dos estereótipos.

Stonewall conta a história do garoto gay que foge à pressão da vida interiorana e se aventura na fauna de Nova York. Encontra um monte de gente como ele – desajustados diversos, homens e mulheres. Frequentam o mesmo bar, Stonewall. O polícia baixa ali com frequência, mas nesse dia a coisa ferve. Os frequentadores reagem, vira um massacre. Tudo é mais ou menos morno, embora alguns atores defendam seus personagens com mais convicção. O amor de Ray por Danny e a fixação do mesmo Ray em Judy Garland (claro!), a irmã de Danny que é louca por Andy Warhol, etc. Tudo explode em Stonewall, mas o filme, de alguma forma, se reduz à velha história da chegada de um garoto à idade adulta, com a diferença de que ele é gay.

Não é ruim, completamente. Nem bom. Boas intenções, resultado médio. Precisamos Falar do Assédio é de outra natureza. No recente Festival de Brasília, a diretora explicou a gênese do projeto. Precisamos Falar nasceu como um experimento social. Durante a semana da mulher, a produção estacionou sua van-estúdios em nove locais de São Paulo e do Rio. Mulheres eram estimuladas a relatar suas experiências de assédio. E para resguardar a privacidade ficavam sozinhas na van, sem ninguém para puxar a conversa. Usam máscaras, para não ser identificadas, só uma dá seu depoimento de cara descoberta.

Algumas vacilam. Choram. E as histórias vêm – aos 85 anos, a idosa não esconde a noite em que, 40 anos atrás, foi arrastada para o mato e violentada, e o estuprador, ela descobriu depois... Veja para saber quem era. A garota lésbica que se desespera – o estuprador não levou só sua virgindade. Levou a alma, também. Outra garota queixa-se – foi pedir socorro ao policial e ele, que devia defendê-la, deu aquele sorrisinho. O dispositivo é sempre o mesmo. Uma espécie de Eduardo Coutinho sem Coutinho. Considerações estéticas à parte, não dá para ficar indiferente.

Nova classificação indicativa libera sexo e violência na TV à tarde

O fim da vinculação da classificação indicativa a horários de exibição de programas na TV já começa a repercutir na programação vespertina. Desde a última segunda-feira (19), a Record reprisa por volta das 16h uma novela originalmente das 22h do jeito que ela foi ao ar cinco anos atrás, sem cortes. Em apenas dois capítulos, foram exibidas duas sequências ousadas de sexo e cenas de violência com armas pesadas, tiros, espancamentos e atropelamento intencional, além de palavrões. Na Globo, o capítulo do último sábado da novela das seis teve uma cena em que dois vilões discutiam um plano maquiavélico vestindo apenas roupas íntimas.

(Notícias da TV, 21/09/2016 - acesse no site de origem)

Pelas regras do Manual de Classificação Indicativa do Ministério da Justiça, a simples exibição de armas de fogo e a sugestão de sexo caracterizam material impróprio para menores de 12

anos. Essas cenas não poderiam ser exibidas antes das 20h. Tudo mudou em 31 de agosto. Naquele dia, o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional o dispositivo do Estatuto da Criança e do Adolescente que estabelece de multa à suspensão de programação para a emissora que exibir atrações em horário diverso do autorizado pela classificação indicativa.

Com a decisão do Supremo, as emissoras continuam sendo obrigadas a submeterem seus programas para avaliação do Ministério da Justiça, mas não têm mais que transmiti-los no horário vinculado à classificação indicativa. Ou seja, uma novela imprópria para menores de 12 anos não precisa mais ser transmitida apenas depois das 20h. Pode ir ao ar antes, desde que a emissora alerte o telespectador de que aquele conteúdo é impróprio para crianças e pré-adolescentes.

É exatamente isso o que vem fazendo a Record. Ela está transmitindo entre 15h45 e 16h15 a novela *Vidas em Jogo*, exibida em 2011 depois das 22h, informando que ela é inadequada para menores de 14 anos. Procurado pelo Notícias da TV, o departamento de Comunicação da Record declarou que a emissora considera o conteúdo adequado para o horário.

Na Globo, a única recomendação que autores de novelas das seis e das sete receberam até agora foi para usarem o bom senso. A emissora não encomendou mais sensualidade ou mais realismo nas passagens violentas. Também procurada, a Globo declarou que nada mudou, que continua trabalhando com os mesmos “valores e princípios”, mas não comentou especificamente a cena dos vilões *seminus* de *Sol Nascente*.

A vinculação da classificação indicativa a horários causou muitos problemas para as emissoras, principalmente Globo e Record, nos últimos dez anos. Novelas das seis, das sete e das nove foram reclassificadas em pleno ar. Algumas correram sério risco de ter que mudar de horário. Outras tiveram que atenuar conteúdos. Nas reprises vespertinas, tramas como *Senhora do Destino* (2005) foram retalhadas. Não foram poucos os autores de produções das 18h e 19h que reclamaram da falta de liberdade.

Confira a seguir alguns flagrantes de que esse tempo está ficando para trás:



No primeiro capítulo de Vidas em Jogo, bandidos apontam metralhadoras para protagonista (Foto: Reprodução/Record)

Perseguição e violência urbana

Logo no primeiro capítulo de Vidas em Jogo, na última segunda (19), o protagonista Francisco (Guilherme Berenguer) foi alvo de uma perseguição nas dunas maranhenses. Durante o confronto, criminosos se dirigiram a ele como “mentiroso de uma égua” e “safado”, mas a violência verbal foi leve perto das metralhadoras que eles sacaram. Os bandidos dispararam tiros em direção a Francisco, que fugiu pelas dunas e conseguiu sobreviver. Depois da perseguição, outro personagem foi acuada em um beco, no Rio de Janeiro, e espancado por bandidos. Um deles soltou um “Calmo o cacete”.

O segundo capítulo da trama mostrou um espancamento brutal em um aeroporto. O personagem Lucas (Marcos Pitombo) chegou ao local para socorrer Andrea (Simone Spoladore), que estava no meio de uma briga de taxistas. Ele se esforçou para tirá-la dali e foi vítima de socos e chutes dos motoristas. O capítulo terminou com a cena de um atropelamento criminoso em um estacionamento.



Leonardo Vieira e Vanessa Gerbelli protagonizam cena quente em Vidas em Jogo, da Record (Foto: Reprodução/Record)

Sexo em jogo

Em Vidas em Jogo, as cenas de sexo chamam a atenção até do telespectador mais distraído. No capítulo de ontem, foram duas sequências beem picantes. Na primeira, Francisco e Patrícia (Thaís Fersoza) tiraram as roupas um do outro e se beijaram em uma cama de motel, com direito a “mão boba” no bumbum dela e vários closes em seus corpos.

Já a segunda cena mostrou o caso extraconjugal entre Divina (Vanessa Gerbelli) e Ernesto (Leonardo Vieira). Ela foi chamada de “gostosa” pelo amante, e o bumbum dele apareceu de relance no final da sequência, quando a relação ficou mais intensa. Na véspera, a mocinha Rita

(Juliana Trevisol) também teve uma cena sugestiva: sua silhueta apareceu por trás da cortina do banheiro enquanto ela tomava banho.



E m Sol Nascente, Carol (Maria Joana) faz proposta para César (Rafael Cardoso) de lingerie (Foto: Reprodução/Globo)

Vilania sexy

No capítulo de sábado (17) de Sol Nascente, novela das seis da Globo, os vilões Carolina (Maria Joana) e César (Rafael Cardoso) negociaram um plano contra a mocinha Alice (Giovanna Antonelli) trajando apenas roupas íntimas: ele só de cueca, ela de lingerie. A atriz se mexeu sensualmente na cama, deixando o bumbum e o decote em destaque para a câmera. No fim da cena, os dois se beijaram, indicando que houve sexo.

Daniel Castro